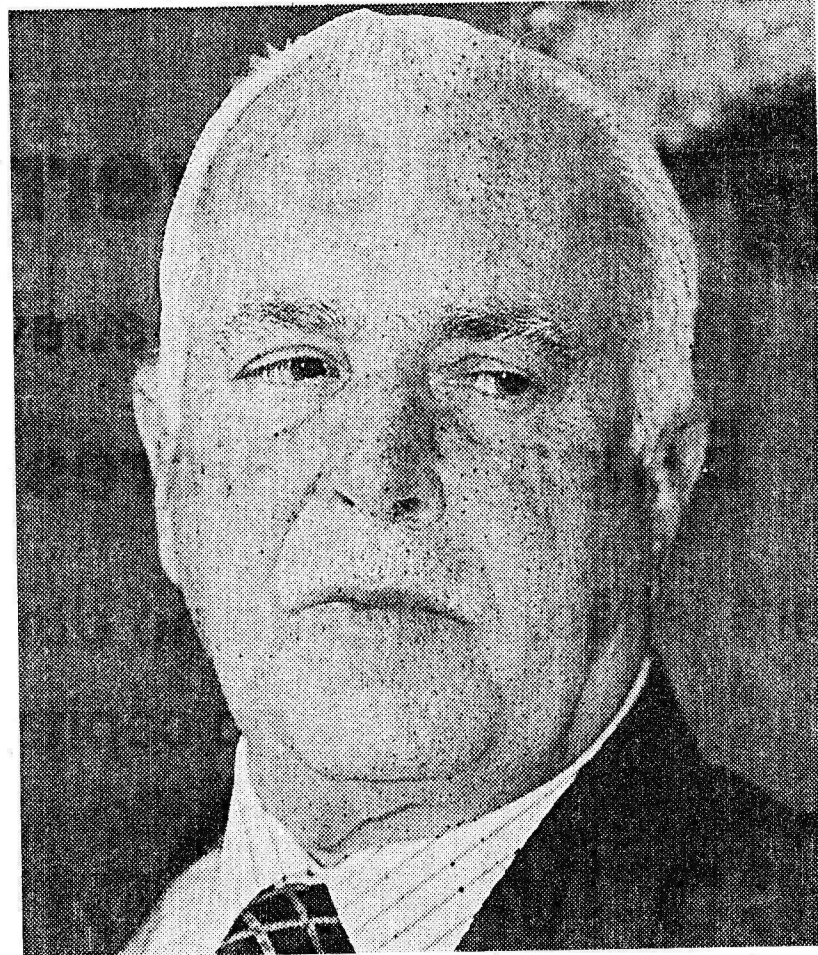


## POLÍTICA

# ACM tenta mudar pacote

■ Senador insiste em novas alterações e propõe taxa de embarque de R\$ 200 na 1ª classe

Brasília — Josemar Gonçalves



Antônio Carlos Magalhães propôs alterar aumento da taxa de embarque

BRASÍLIA — Depois de parcialmente vitorioso na queda-de-braço com o governo para atenuar o aumento do Imposto de Renda, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), continua querendo mudar o pacote de ajuste fiscal. Ontem, ele apresentou proposta para alterar o aumento da taxa de embarque, pediu ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, pressa para corrigir o aumento das taxas sobre investimentos em ações que foi aprovado sem negociação no Congresso e disse que a Medida Provisória 1.599, que corta benefícios de assistência social a idosos e deficientes físicos, “não deveria ter sido editada”.

De acordo com o senador, o incidente entre Legislativo e Executivo, com a inclusão de uma taxa extra sobre investimento em bolsas que não tinha sido negociada com os partidos, “só será encerrado quando for corrigido por outro ato do Executivo”. Para o senador baiano, o ministro Malan deveria promover punições. “Se eu estivesse no Executivo, investigaria para saber quem fez a mudança e se houve dolo”, afirmou, negando entretanto ter recomendado ao presidente a demissão do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. “O Everardo não tem problemas comigo, embora tenha dificuldades de conversa com alguns parlamentares”, afirmou.

**Por classe** — O senador propôs que o governo altere o aumento da taxa de embarque por portaria. Ele quer manter a taxa atual, de R\$ 17, para a classe econômica, cobrar R\$ 80 da executiva

e R\$ 200 de quem viaja na primeira classe. “É assim que se faz justiça social”, disse. Depois de anunciar aumento de mais de 400%, passando a taxa de R\$ 17 para R\$ 91, o governo recuou e fixou cobrança de R\$ 36.

Com muito menos ênfase comentou

que a medida que restringe o atendimento assistencial de idosos e deficientes físicos que ganham menos de R\$ 30 por mês do governo “não é imprescindível”. Segundo o senador, “o recadastamento que o governo quer fazer nesses programas pode ser feito por porta-

ria. Eu não teria enviado para o Congresso uma medida como esta, que foi bastante explorada pela oposição”.

**Ingenuidade** — O relator da medida provisória do Imposto de Renda, Roberto Brant (PSDB-MG), acusou ontem a Receita Federal de adotar “procedimento impróprio” com o Congresso e qualificou de “asneira” a tentativa de passar de 10% para 20% a taxa sobre os fundos de ações. “Houve falta de respeito conosco e ingenuidade deles de achar que isto prevaleceria”, afirmou. Brant avalia que a pressa em votar a medida contribuiu para a trapalhada. “Fiz a vontade do governo e paguei o pato”, disse, resignado.

Ele se defendeu por ter usado técnicas do governo para redigir parte do projeto, dizendo que não há nada de anormal nisto, mas que este trabalho conjunto não deveria levar a mudanças de conteúdo. “A Receita disse que estava de acordo com o acertado e depois mudou. Houve a intenção de mexer e de não me avisar que isso seria feito”, desabafou.

O secretário Everardo Maciel, acusado pelos líderes do governo no Congresso de ter sido o autor da mudança na medida provisória do Imposto de Renda sem o conhecimento do relator, está firme no cargo. “Everardo Maciel tem a confiança do ministro Pedro Malan e deve ser mantido”, lamentou um integrante do bloco de líderes do governo. O padrinho político do secretário, o vice-presidente Marco Maciel, seu primo, teria dito a um amigo que desconhecia pressões pela demissão.